

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
<p><b>Despacho</b></p>	<p>NP: lhauh9vk  <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b>  06/04/2020  Indicação nº 1376/2020  Protocolo nº 2171/2020</p>	
<p><b>Autor:</b> Dep. Valdir Barranco</p>		

**Indicação ao Superintendente do INCRA do Estado de Mato Grosso, SR-13, Sr Ivanildo Teixeira Thomaz, afim da necessidade de que todos os assentados do projeto de Assentamento Tapurah/Itanhangá, que estejam aptos e que não tenham sidos envolvidos, ou seja, objeto de inquérito e investigação por parte da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, na operação denominada Terra Prometida, que todas essas familias sejam desbloqueadas e tituladas.**

Com Fulcro no artigo 160 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, ouvido o soberano plenário, Indico ao **Superintendente do INCRA do Estado de Mato Grosso, SR-13, Sr Ivanildo Teixeira Thomaz**, afim da necessidade de que todos os assentados do projeto de Assentamento Tapurah/Itanhangá, que estejam aptos e que não tenham sidos envolvidos, ou seja, objeto de inquérito e investigação por parte da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, na operação denominada Terra Prometida, que todas essas familias sejam desbloqueadas e tituladas.

## JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Indicação pela necessidade de que todos os assentados do projeto de Assentamento Tapurah/Itanhangá, que estejam aptos e que não tenham sidos envolvidos, ou seja, objeto de inquérito e investigação por parte da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, na operação denominada Terra Prometida, que todas essas familias sejam desbloqueadas e tituladas.

Em 2014, a operação Terra Prometida teve como alvo um suposto esquema de invasão e exploração ilegal de terras da União destinadas à reforma agrária no projeto de assentamento Itanhangá. Com base em indícios de fraude no projeto de assentamento de Itanhangá desde 2010, a operação Terra Prometida combate crimes de corrupção, fraudes, invasão de terras públicas e crimes ambientais. Conforme a denúncia apresentada pelo MPF à Justiça Federal, a quadrilha investigada se articulava em quatro núcleos, sendo o primeiro formado por fazendeiros e empresários que direcionavam as



ações do grupo.

Segundo a acusação, os fazendeiros e empresários, quando se interessavam por lotes do projeto de assentamento em Itanhangá, procuravam os beneficiários da reforma agrária para negociar com eles a desistência de suas áreas, pressionando-os com propostas de compra por valores abaixo dos praticados no mercado. A argumentação utilizada para pressionar os assentados era de que se tratava de um negócio de alto risco, segundo a denúncia.

Caso os assentados não aceitassem a transação, eram ameaçados de morte ou de expulsão do local. Para isso, a quadrilha contaria com colaboradores como pistoleiros, denunciou o MPF.

Além disso, essa operação continua sob investigação, e centenas de famílias que são realmente assentadas e não são laranjas, não estão envolvidas na operação e nem objeto de investigação, não podem sofrer prejuízos e consequências por culpa de outras pessoas que deram causas.

Essas famílias estão passando necessidades e precisam ter suas homologações desbloqueadas e seus títulos definitivos entregues para que possam tocar suas vidas e inclusive contrair financiamento junto aos bancos para a produção da agricultura familiar. Devido à importância de tais esclarecimentos, justifico a presente indicação.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 06 de Abril de 2020

**Valdir Barranco**  
Deputado Estadual